



Condições e Dinâmicas do Surgimento de Novos Partidos no Brasil: PSD, PROS e Solidariedade (2011-2014).

Bruno Marques Schaefer¹

Resumo:

Durante a 54ª Legislatura (2011-2015), cinco novos partidos foram fundados no Brasil. Destes, três (PSD, PROS e Solidariedade), já surgiram com expressivas bancadas parlamentares: 93 deputados (18,3% do total), e mais quatro senadores (4,9% do total). Neste trabalho, nos orientamos em resolver o problema do por quê surgem estes partidos, isto é, quais fatores – sociais, institucionais ou de natureza da dinâmica dos atores – impactam nestes processos de surgimento. Iniciamos com uma (1) revisão da bibliografia que trata, em geral, dos partidos políticos enquanto objeto de pesquisa, e, em especial, da bibliografia que dá conta dos processos de surgimento de novos partidos, em democracias consolidadas e emergentes. Trazendo os conceitos de “cálculo estratégico” e “facilitadores políticos”, reconstruímos, também, (2) as condições gerais (institucionais e conjunturais) do surgimento de novos partidos no Brasil durante o contexto estudado; bem como (3) as condições e características particulares de fundação de cada um destes partidos. Ao final, podemos comprovar nossa hipótese inicial, qual seja: PSD, PROS e Solidariedade surgem “internamente”, ou seja, a partir das regras e dinâmicas específicas do campo político brasileiro. Nem os constrangimentos institucionais (ou ausência destes), nem a conjuntura política, isoladamente, dão conta do fenômeno. Estes elementos são necessários, porém não suficientes. A dinâmica dos atores, enquanto circulação de elites já inseridas politicamente, constitui um aspecto essencial para o entendimento deste processo. Estes partidos, portanto, apesar dos novos registros, são organizados por grupos e lideranças já inseridas no jogo político formal que, com eles, abrem novos espaços de oportunidades.

Palavras-Chave: Novos partidos; PSD; PROS; Solidariedade; Campo Político.

Introdução

Durante a 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados, cinco novos partidos foram fundados no Brasil. Destes, três² já surgiram com expressivas bancadas no Congresso Nacional, arregimentando, em seu momento originário, 93 deputados (18,3% do total),

¹ Bacharelado em Ciências Sociais, UFRGS. E-mail: brunomschaefer@gmail.com

² Além dos partidos analisados neste artigo (PSD, PROS e Solidariedade), também surgiram o PPL (Partido Pátria Livre) e o PEN (Partido Ecológico Nacional). O primeiro em 2011 e o segundo em 2012.

e mais quatro senadores (4,9% do total). Ou seja, sem passar pelo “teste das urnas”, estas organizações mostraram grande capacidade de cooptação de congressistas e, logo, poder de barganha junto ao Executivo. A questão que tentamos responder é: quais são os elementos – institucionais, sociais e/ou históricos – que influenciam o surgimento de PSD, PROS e Solidariedade?

O estudo sobre partidos políticos faz-se importante no contexto democrático. Afinal, estas organizações compõem governos (MENEGUELLO, 1998), estruturam as disputas e demandas políticas na sociedade, muito mais do que somente as representam (OFFE, 1984), dão funcionalidade às instituições políticas, como o Legislativo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995), bem como competem entre si nas eleições, esta é a atividade que os difere de outras organizações (PANEBIANCO, 2005).

Os novos partidos, por sua vez, são objeto de uma bibliografia específica, que busca dar conta das “causas” de seu surgimento e as razões de seu “sucesso” ou “fracasso”. Preliminarmente, no entanto, poderíamos indagar o que é, ou o que constitui, um novo partido? A questão não é de simples resposta. Neste artigo, partimos de uma definição exclusivamente temporal: observamos PSD, PROS e Solidariedade, pois estas organizações obtiveram um registro novo, anteriormente não existente. A partir deste viés realizamos a análise, desconsiderando outros elementos, afinal, os novos partidos são organizações que podem ser representantes de novas demandas sociais ou mesmo representarem a inclusão de clivagens sociais, anteriormente excluídas da disputa política. Sendo também, como destacamos, a partir de nosso objeto, a reordenação de atores políticos já incluídos. Este último enfoque admite que certos aspectos são necessários para a explicação do surgimento de novos partidos, entre eles: as regras da representação ou o momento histórico, mas mesmo assim são insuficientes para darem conta do referido fenômeno. A dinâmica dos atores e a percepção de uma parcela da elite de que o momento é propício para a fundação de um novo partido são determinantes.

Para avançar neste objetivo, neste artigo, estudamos estes partidos a partir do enfoque dos atores sociais. A circulação de elites, muito mais que fraturas sociais ou permissividades institucionais, torna-se um fator de suma importância para o entendimento destes surgimentos. Atentando aos limites desta proposta, buscamos responder as questões a partir de dois eixos principais: 1) a análise das condições gerais (institucionais e sociais) do surgimento de novos partidos no Brasil; 2) e a análise dos

casos específicos de PSD, PROS e Solidariedade. Começamos, no entanto, com uma breve revisão bibliográfica do tema.

Revisão Bibliográfica: Os partidos enquanto objeto

A tradição de estudo sobre partidos políticos, dentro do campo da ciência política, é extensa e profícua, em termos de objetos, abordagens e perspectivas. A partir dos trabalhos de Ostrogorsky, Weber e Michels³, podemos destacar o início de uma série de estudos que levam em conta os partidos enquanto organizações. DUVERGER (1992), neste sentido, sintetiza, de certa forma, esta perspectiva no que ele vai chamar de “tipologias partidárias”. Não nos estenderemos, no entanto, na obra destes “clássicos”, afinal, esta bibliografia busca dar conta do surgimento do fenômeno partidário, e a organização, posterior, dos partidos. Duverger, em sua análise tipológica, caracteriza a origem destes enquanto a conformação de grupos parlamentares e comitês eleitorais (origem interna: “partidos de quadros”), ou enquanto a conformação de classes sociais em direção ao Parlamento (origem externa: “partidos de massas”). LA PALOMBARA & WEINER (1966), falam em ‘crises’ (participação, integração e/ou legitimidade) como propulsores do surgimento dos partidos. No entanto, há outra bibliografia⁴ que trata, especificamente, do surgimento de novos partidos. Esta distinção é importante: o surgimento do fenômeno partidário, apesar de elementos comuns, não serve, em absoluto, para explicar o surgimento de novos partidos.

Esta agenda de pesquisas, se não representa uma preocupação necessariamente ‘atual’, é profícua e se encontra em expansão. Centra-se, principalmente, na investigação das ‘causas’ de surgimento de novos partidos, e seu momento posterior de sucesso, ou fracasso. Tem como objeto de análise o surgimento de novos partidos em democracias consolidadas (HAUSS & RAYSIDE, 1978; HARMEL & ROBERTSON, 1985), e se expande no contexto das novas democracias (Leste Europeu) e o chamado ‘Terceiro Mundo’ (Américas, Ásia e África) (TAVITS, 2007; VAN COTT, 2003). As abordagens quanto a este fenômeno são variadas, mas, para efeito deste trabalho, nós as classificaremos a partir de três principais vertentes, propostas por KESTLER, KRAUSE & LUCCA (2013, p.160):

³ “Democracy and the Organization of Political Parties (1902)”, de Ostrogorsky, “Sociologia dos Partidos Políticos [1914] (1982)”, de Michels, e “Economia e Sociedade [1922] (2009)”, de Weber

⁴ Específica acerca do surgimento e organização de novos partidos.

1) Enfoque social ou histórico: explica o surgimento de novos partidos, a partir de momentos históricos de transformação social, tais como: o surgimento de novas demandas em sociedades com valores pós-materialistas, e a canalização destas em uma organização (caso dos vários Partidos Verdes) (IGNAZI, 1995); como também a politização de clivagens sociais, anteriormente excluídas da política, a partir da institucionalização de movimentos sociais (caso dos partidos indígenas, na Bolívia principalmente) (VAN COTT, 2003).

2) Enfoque institucional: incentivos que auxiliam no processo de formação de partidos. Impacto da representação proporcional, enquanto ‘propulsor’ do multipartidarismo (devido à correspondência entre voto e cadeira), ou seja, esta forma de representação gera fortes incentivos a uma nova organização, que, mesmo sem estrutura forte, pode conseguir vagas no Parlamento (HARMEL & ROBERTSON, 1985); o federalismo, sistema descentralizado de governo que ‘facilita’ a existência de organizações regionais; ou o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). Bem como, a presença de incentivos legais: como a legislação partidária, a existência, ou não, do fundo partidário, ou a facilidade de registro da organização.

3) Enfoque dos atores: estabelece a criação de uma nova legenda como parte de uma estratégia de sobrevivência política de determinadas elites: por exemplo o *Kadima*, partido israelense (BARNEA & RAHAT, 2009); e facilitadores políticos, comportamento dos partidos consolidados, valores culturais associados ao sistema partidário, a existência ou não de organizações extra-partidárias (sindicados, movimentos sociais, grupos de interesse) (HAUSS & RAYSIDE, 1978), mas, sobretudo, a percepção, por parte do grupo interessado na fundação, de que o momento é, realmente, propício para o “patrocínio” de uma nova organização (TAVITS, 2008).

Esta sistematização não hierarquiza as condições, nem pressupõe que uma tenha exclusiva preponderância sobre as demais, mas leva em conta o tipo de abordagem corrente entre os autores. VAN COTT (2003), por exemplo, ao analisar o caso boliviano, nas eleições de 2002, considera múltiplos eventos que ‘possibilitaram’ o surgimento e o sucesso de novos partidos indígenas na competição eleitoral: a mudança institucional (adoção de um regime de votação distrital uninominal, que ajudou grupos concentrados geograficamente), insatisfação com a “responsividade” (*accountability*)

dos partidos existentes, amadurecimento dos movimentos políticos indígenas (sua institucionalização), frustração de grande parte da população com os governos Banzer e Quiroga e o fortalecimento de sentimento nacionalista e anti-imperialista. A autora afirma (2003, p. 774): “Nenhuma destas cinco variáveis discutidas anteriormente sozinhas poderiam explicar os resultados das eleições de 2002”⁵.

Condições Gerais de surgimento de novos partidos no Brasil

Cálculo Estratégico

Valemos-nos, no esforço de buscar respostas do por quê surgem PSD, PROS e Solidariedade no contexto recente da democracia brasileira, da noção de cálculo estratégico, cunhada por TAVITS (2006; 2008). O “cálculo” pressupõe, segundo a autora, o esforço das elites políticas interessadas em fundar um partido, no que concerne a análise do ambiente. Os custos de entrada, a possibilidade de suporte eleitoral, bem como os benefícios da composição (do Gabinete), são variáveis que entram na equação da viabilidade de um novo partido.

A noção de “cálculo estratégico” prevê que os custos de entrada sejam de duas naturezas particulares: as regras de registro partidário e as regras eleitorais que determinam as possibilidades de se ganhar um acento no Parlamento. Começamos pelas primeiras.

Custos de Entrada

O arcabouço jurídico que regula a fundação e a atuação dos partidos políticos no Brasil é amplo. Desde a Constituição Federal de 1988, e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), de 1995, até o momento atual, existem inúmeras resoluções, principalmente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que permeiam toda a atividade destas organizações. A LOPP, de 1995, concedeu relativa autonomia aos partidos, regulamentando a liberdade garantida a estes pela Constituição Federal de 1988 (RIBEIRO, 1996), no que concerne suas organizações internas. A LOPP também regulamenta a distribuição do Fundo Partidário⁶. Este recurso passa a ser distribuído na proporção de 1% para todos os partidos políticos, e os 99% restantes para os partidos com representação parlamentar na Câmara dos Deputados, de acordo com as respectivas

⁵ “None of the five variables discussed above alone can explain the stunning results of the 2002 elections” (Tradução livre).

⁶ Questão importante para o entendimento do surgimento de novos partidos.

votações. A grande desigualdade de distribuição dos recursos, entre os partidos “parlamentares” e os outros, foi um dos pontos de maior insegurança jurídica da lei, sendo objeto de inúmeras ações de inconstitucionalidade. A Lei nº 12875/13 altera estes padrões, regulamentando as dotações em 5% para todos os partidos, e 95% segundo o outro critério (representação efetiva na Câmara dos Deputados). A respectiva representação na Câmara dos Deputados também impacta na distribuição do tempo de televisão e rádio (Horário Gratuito Político-Eleitoral: HGPE), outro recurso essencial à atuação dos partidos. No sentido da criação de novas organizações, a Lei estabeleceu o número mínimo de assinaturas para o registro em 0,5% dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados. O processo, pois, não é tão simples, como se costuma dar a entender. A conquista das assinaturas é facilitada, em muitos casos, pela preexistência de uma máquina organizativa. No caso do PSD, a influência dos governadores foi decisiva para a aceleração do processo (KRAUSE & GERARDI, 2013), no Solidariedade, a existência de uma organização sindical, com relativa capilaridade no território brasileiro – a Força Sindical – também trouxe dinamicidade ao processo. O PROS, no entanto, teve um caminho mais tortuoso, afinal, o fato de suas lideranças não possuírem, em um primeiro momento, nenhuma organização ou facilitador político contribuiu para a lentidão de seu registro – conquistado três anos após seu início. Uma vez conseguida a regularização, no entanto, são grandes os benefícios, a partir da distribuição de recursos, como o Fundo Partidário e o tempo de rádio e televisão.

Possibilidade de Suporte Eleitoral

Pelo modelo de Tavits, o primeiro incentivo positivo para a criação de um novo partido é a possibilidade de suporte eleitoral, traduzida a partir de variáveis como: duração da democracia, integração social, crescimento do PIB e desemprego. O que devemos reter, no entanto, como essencial, é a questão da “resposta dos eleitores”, ou melhor: quando as elites realizam o “cálculo estratégico”, no sentido de observar a viabilidade de uma nova organização no mercado eleitoral, existem fatores que levam os mesmos a crer que esta organização terá suporte eleitoral?

A disputa das eleições se constitui como a principal característica dos partidos (DOWNS, 1957). No entanto, precisamos acurar um pouco mais o significado desta disputa, como ela ocorre, e em que instâncias. No Brasil, possuímos dois sistemas de representação que correspondem a cargos distintos, o majoritário (Presidente, Governadores, Senadores e Prefeitos), e o proporcional (Deputados Federais, Estaduais

e Vereadores). O nível de “personalização” das disputas e a baixa identificação partidária, ou confiança nos partidos, por parte dos eleitores, são traços característicos das eleições brasileiras. Apesar de algum nível de identificação, esta não é estruturante dos votos (PAIVA, BRAGA & PIMENTEL, 2007). Ou seja, “trocar” de partido (neste caso, para um novo partido), não representaria, em tese, algum prejuízo. A volubilidade da identificação e confiança partidária deixa o campo em aberto.

Podemos colocar em debate, também, a questão da idade da democracia: o Brasil do triênio 2011-2013 pode ser considerado como detentor de uma democracia já consolidada, ao menos em padrões institucionais. Ou seja, apesar de diversos percalços, desde as primeiras eleições presidenciais “livres” (1989), o país tem mantido eleições regulares e limpas, além de possuir partidos que, mesmo não seguindo os padrões “normativos” da literatura (MAINWARING, 1996), têm organizado governos (MENEGUELLO, 1998), e mantido padrões seguros de atuação no Legislativo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995). O que podemos colocar, no entanto, como relação entre a idade de nossa democracia e o surgimento de novos partidos é que o período de consolidação democrática, ou institucionalização, não impediu o surgimento de novos partidos. Em termos de questões estruturais, econômicas, não há, também no período, um processo de descontinuidades que, em si, poderia dar explicações consistentes para estes processos de surgimento.

Benefícios de Composição

Esta sessão trata do último elemento da equação: os benefícios de se compor um gabinete. Afinal, como pudemos observar, as condições institucionais e sociais do Brasil, no período de 2011 a 2013, são necessárias, porém insuficientes para darmos uma explicação do fenômeno⁷.

Primeiramente, devemos colocar que os partidos políticos não existem em si. Consistem em organizações inseridas em um contexto, um campo, que, neste caso, é o político. A disputa neste campo, primeiramente, se dá de maneira interna, entre os “profissionais”, pelo controle da competição que, depois, envolverá os “leigos”, os eleitores (BOURDIEU, 1989). Dito de outra maneira, os partidos, primeiramente, são o

⁷ Devemos fazer, neste sentido, uma ressalva. No que concerne as condições sociais, não dispomos de dados que proporcionassem uma descrição maior de suas relações com o surgimento destes novos partidos. As pesquisas, neste sentido, ainda são escassas.

local de decisão que, posteriormente, passa a ser a arena eleitoral. Neste sentido, controlar as instâncias internas da disputa partidária é um passo essencial para qualquer grupo que almeje algo politicamente, o que PANEBIANCO (2005), chama de controle das “zonas de incerteza”⁸.

Os partidos, neste sentido, estão inseridos em um contexto de disputa constante. Uma definição restrita destas organizações pode ser encontrada em DOWNS (1957, p.23): “(...) um partido político é um conjunto de indivíduos que procuram controlar o aparato de governo a partir da conquista de cargos eleitorais”. A eleição é o meio, o governo é o fim. Neste caminho, porém, podemos observar que estas organizações possuem lógicas próprias, disputas internas e modos de funcionamento distintos. Centrando em nosso objetivo, podemos focar em uma característica comum dos três partidos que serão estudados: o alto grau de recrutamento que estes tiveram dentro da elite parlamentar (93 deputados e quatro senadores). Neste sentido, o Congresso aparece como ponto comum, determinante. Podemos também demarcar dois anos como essenciais para o entendimento da gênese de PSD, PROS e Solidariedade: 2011, primeiro ano do governo Dilma (fundação do PSD); e 2013, penúltimo ano deste governo (fundação de PROS e Solidariedade). Estes partidos ganharam o registro provisório do TSE no segundo semestre dos respectivos anos, marcando exatamente o período anterior à disputa das eleições. Ou seja, sem nenhuma coincidência, estes partidos foram fundados e em um ano já estavam disputando cargos, em diversos níveis. O PSD já em 2012 disputava as eleições municipais, e em 2014 todos os três disputavam o pleito em nível nacional. RANULFO MELO (2004, p.68), ao estudar as migrações parlamentares na Câmara dos Deputados já havia notado esta recorrência:

O primeiro ano de cada legislatura mostra-se propício tanto a uma eventual acomodação, (...), tendo em vista a realização, no ano seguinte, das eleições para prefeito. O terceiro ano, por sua vez, é o momento em que as posições devem ser definidas para a renovação da própria Câmara. [e mais adiante] O fato é que a instabilidade das bancadas na Câmara dos Deputados aumenta nos momentos em que o deputado necessita fazer opções importantes para a sua carreira.

⁸ “Zonas de incerteza” são definidas, segundo PANEBIANCO (2005, p.66), como: “(...) a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento”.

O que o autor nos demonstra é que opções estratégicas são tecidas a partir de condições específicas. Ranulfo Melo, ao longo de seu trabalho, elenca quais condições importam mais para a migração dos deputados. No entanto, o que falamos aqui é de um processo distinto: não se trata, exclusivamente, da troca de deputados (ou políticos em geral), entre legendas, mas da fundação de novos partidos, com estatutos e, ao menos em tese, regras próprias. O fato dos três partidos serem fundados em momentos pré-eleitorais não é uma simples coincidência. Os novos partidos representaram, neste contexto, uma saída para muitos políticos de seus partidos, em um movimento nem tão simples assim⁹.

A primeira vista, podemos nos deixar levar pela conclusão de que as migrações têm o intuito, para os congressistas, de aproximação ao governo. Chegar ao governo, para os políticos, constitui não só um objetivo (contido na própria definição de partido), mas também uma necessidade, ao menos no sentido de maximização dos recursos políticos disponíveis. Segundo RANULFO MELO (2004, p.75): “(...) o controle sobre recursos de ordem política disponibilizados pelo aparato governamental pode possibilitar grande vantagem competitiva nas eleições”. Ou seja, faz sentido migrar para o governo, em distintos níveis. O movimento em direção a base, no entanto, é determinado por outros fatores, como, ainda segundo Ranulfo Melo: o tipo de gabinete presidencial (cooptação/apartidário ou coalizão) e a popularidade do presidente. O primeiro fator também é abordado por TAVITS (2006), ao demonstrar que governos mais “abertos” tendem a criar mais incentivos a criação de novas organizações partidárias¹⁰. Dadas as restrições, no período atual, para a troca entre legendas já constituídas¹¹, a opção, aberta ao parlamentar, de ir para um novo partido que irá compor a base parece uma escolha interessante.

A aprovação do governo Dilma oscilou de maneira significativa no período, mas se manteve relativamente alta. O governo, desde o início, foi composto a partir de uma coalizão multipartidária. Estes dois elementos, como abordados por RANULFO MELO (2004), parecem explicar, em si, a direção da migração dos deputados. No entanto, ao nos aproximarmos dos dados, as coisas parecem mais confusas. PSD e PROS surgiram

⁹ Ressaltamos a Resolução do TSE nº 22610/2007 como uma variável importante. Esta Resolução, afinal de contas, delimitou e normatizou a migração partidária, ao determinar que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar. Neste sentido, a migração só fica “aprovada”, no caso do político, em caso de mudança para um novo partido, ou através da comprovação de “perseguição” dentro do partido anterior.

¹⁰ Questão, no Brasil, do presidencialismo de coalizão.

¹¹ Resolução do TSE Nº 22610/07.

e, logo, fizeram parte da coalizão do governo Dilma. Guilherme Afif Filho, um dos principais líderes do PSD, assumiu, em 2012, uma pasta no Governo e o PROS, em 2014, assumiu o Ministério da Integração Nacional¹². O Solidariedade, no entanto, surgiu como partido de oposição, se aliando, nas eleições subsequentes, ao candidato do PSDB, Aécio Neves. A partir da construção de um banco de dados com informações dos 93 deputados que migraram para PSD, PROS e Solidariedade no primeiro mês de registro dos respectivos partidos, podemos abordar o que parece ser mais importante na análise destes surgimentos, o movimento das elites políticas já inseridas no campo.

Tabela 1 – Origem – Parlamentares que compõem os partidos

Partido/Origem	Base	Oposição	Total	Destino	Eleições 2014	Partido que mais perdeu
PSD	24 (50%)	24 (50%)	48	Base	37	DEM 16(33,2%)
PROS	14 (66,7%)	7 (33,3%)	21	Base	11	PSB 6(28,6%)
Solidariedade	20 (83,3%)	4 (16,7%)	24	Oposição	15	PDT 7(29,2%)
Total	58 (62,4%)	35 (37,6%)	93		63	---

Fonte: Câmara dos Deputados.

A análise dos dados das migrações partidárias, ou melhor, da direção das migrações partidárias, nos leva a um caminho um pouco distinto daquele que estaríamos condicionados. Devemos, neste sentido, levar em conta o trabalho de FREITAS (2012), e considerar esta movimentação a partir do ponto de vista estratégico dos partidos. Não se trata, afinal, de uma questão de “entrar no governo”, simplesmente, mas trata-se de uma questão de disputas em relação a recursos distintos. A migração intra-base, ou intra-oposição, demonstra que este ponto. Um novo partido, então, pode se constituir como uma oportunidade para distintos grupos, talvez isolados politicamente em seus respectivos partidos, maximizar recursos políticos.

No caso do PROS, o PSB foi o partido que mais colaborou com o seu surgimento (28,6%). No PSD, o DEM foi o partido mais “colaborativo” (33,2%). Por fim, no Solidariedade, o partido que mais perdeu foi o PDT (“compondo” 29,2% dos quadros). Em cada caso, uma explicação pode ser tecida, afinal, está de acordo com as estratégias específicas de cada organização. O PROS, misto de várias organizações, foi

¹² Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 2014.

a “salvação” para parlamentares do PSB que não queriam entrar na eleição de 2014 como oposição ao governo Dilma, afinal os socialistas lançariam candidato próprio. O PSD, criado antes, possibilitou que parlamentares de oposição, principalmente do DEM, pudessem se aproximar do governo do PT. O Solidariedade, no entanto, recebeu parlamentares, em sua maioria, da base (caso do PDT). Estes pontos serão abordados com maior destaque na seção seguinte, na qual, tratamos dos partidos individualmente.

PSD, PROS e Solidariedade: Facilitadores Políticos.

Após analisarmos as condições de emergência e/ou produção de PSD, PROS e Solidariedade, passamos a tentativa de compreensão de cada processo de surgimento. Para tal tarefa, partimos da noção de facilitadores políticos, desenvolvida por HAUSS & RAYSIDE (1978). Trabalhamos com duas das variáveis que compõem o conceito¹³ no sentido de entender de que maneira as mesmas influem nos distintos processos de fundação, tomando estes partidos em conjunto, de maneira relacional.

Neste sentido, colocamos PSD, PROS e Solidariedade como organizações que surgem, temporalmente, em uma conjuntura e com características semelhantes. Apesar das várias ressalvas que podemos pontuar no uso do conceito para o caso brasileiro, trabalhamos no sentido de que os facilitadores oferecem um modelo heurísticamente importante, a partir do qual podemos reconstruir a dinâmica específica de cada um desses processos. Uma ressalva: como a maioria dos partidos brasileiros (PERES, GUARNIERI & RICCI, 2012), estes partidos “surgem” a partir de um centro irradiador (PANEBIANCO, 2005), e são apropriados nos estados de acordo com as dinâmicas e disputas locais. Passamos, então, à análise mais aproximada dos partidos em questão.

Comportamento dos Partidos Existentes

O conceito de facilitadores políticos foi desenvolvido por HAUSS & RAYSIDE (1978), no qual, os autores argumentaram que nem as condições sociais (as clivagens), e nem os facilitadores institucionais (abordados anteriormente), seriam capazes de explicar o surgimento de novos partidos.

¹³ O conceito “completo” está estruturado a partir de quatro variáveis: comportamento dos partidos existentes, resposta dos eleitores, liderança e organizações externas. Utilizamos, tão somente, a questão do comportamento dos partidos existentes e a liderança, afinal, as demais variáveis foram mencionadas, indiretamente, ao longo do trabalho.

A tese central, que questionamos, é de que novos partidos surgem quando “algo está errado” (1978, p.46). A primeira, e mais importante, variável que estrutura o conceito é: o comportamento dos partidos existentes. Se os partidos existentes estão ‘bem’, segundo os autores, não há motivo para que novos partidos passem a existir. O exemplo dos EUA, neste sentido, é importante, afinal, em vários momentos de “tensão” política no país, os partidos Democrata e Republicano souberam canalizar as demandas sociais “novas” em seus próprios quadros, vide o caso do movimento negro que, na década de 60, que é “absorvido” pelo Partido Democrata. Países com partidos não tão permeáveis a novos atores, como o caso do França, na ascensão do “Gaullismo”, tendem a multiplicar seu sistema partidário. No caso brasileiro (PSD, PROS e Solidariedade), a variável não funciona da mesma forma. Para além das demandas não atendidas, ou a possível fraqueza e impermeabilidade dos partidos existentes, observamos que os partidos em questão surgem, inclusive, com o patrocínio de organizações consolidadas¹⁴. Neste sentido, o reordenamento dos quadros se dá em contextos específicos e é enquadrado como um novo espaço de oportunidades, tanto na arena eleitoral (como possível coligação), quanto na arena parlamentar (como possível coalizão)¹⁵. Desta forma, partimos do mesmo argumento de FREITAS (2009), ao considerar, para além dos movimentos individuais de políticos específicos, as estratégias dos atores coletivos (partidos), nestes processos. Outra questão que parece importante é a definição desta variável como algo relacional, os partidos consolidados em relação aos novos partidos, bem como a situação inversa.

PSD: A Máquina Governamental

“O PSD está nascendo num momento da democracia brasileira em que várias lideranças políticas do país entenderam ser necessária uma nova sigla para acomodações partidárias, mas com pessoas que pensam da mesma forma”, Gilberto Kassab (PSD)¹⁶.

¹⁴Devemos pontuar, igualmente, o caráter interno dos partidos em questão. PSD, PROS e Solidariedade não nascem a partir de grupos sociais específicos, com demandas não atendidas pelo sistema partidário. As organizações, pelo contrário, têm origem interna (DUVERGER, 1992), sendo construídas a partir de reordenamentos específicos da “elite” política.

¹⁵Por partidos consolidados entendemos os blocos que orientam a disputa majoritária em nível nacional, PT e PSDB (LIMONGI & CORTEZ, 2010), bem como, tangencialmente, o PMDB.

¹⁶ Folha de São Paulo: 26 de junho de 2011.

A ciência política brasileira já se debruçou sobre o PSD, sua fundação e organização posterior (RIBEIRO & SIMONI JUNIOR, 2013; KRAUSE & GERARDI, 2012). O PSD surgiu, em um primeiro momento, segundo RIBEIRO & SIMONI JUNIOR (2013, p.07), a partir do: “(...) fracasso do projeto de refundação do PFL, o qual culminou, em 2007, na troca do nome da legenda para Democratas [...] como passou a ser conhecida”. O PFL, ou DEM, após a vitória de Lula, em 2002, passa, pela primeira vez em sua história, à oposição. Esta nova condição não foi bem assimilada pelas principais lideranças do partido que, apesar das tentativas de adaptação, acabam por exauri-lo. A perspectiva de manutenção da hegemonia petista no Governo Federal acelera um processo de cisão interna do partido, com o afastamento do grupo liderado pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. A perda de poder interno leva Kassab, no contexto da eleição de Dilma Rouseff, em 2010, a começar as articulações para a fundação de uma nova organização. Em 2011, este partido é oficializado, atraindo 48 Deputados e 2 Senadores, formando, sem participar de nenhuma eleição, a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados. Em 2012, nas eleições municipais, o partido consolidou a sua posição, conquistando 497 prefeituras no país. Desta forma, apesar das tentativas de boicote (DEM), a organização recebe o apoio de partidos de base do governo, de acordo com as dinâmicas regionais específicas. Podemos partir, então, de dois níveis de análise, no que concerne a relação do PSD com os partidos consolidados: a arena parlamentar (a composição do governo, no momento inicial) e a arena eleitoral (as articulações para a disputa, principalmente, do pleito de 2014), nas dinâmicas nacional e regional.

No momento originário, o partido é construído, e recebe a adesão, de lideranças de vários estados. Consegue dois governos estaduais (Santa Catarina e Amazonas), e mais cinco vice-governos (Rio Grande do Norte, São Paulo, Bahia, Tocantins e Mato Grosso). Em todos estes casos, de maneira mais ou menos direta, o partido teve o apoio, ou o patrocínio, do PT, com vistas ao enfraquecimento da oposição. Na Bahia, por exemplo, o PSD é liderado por Otto Alencar (ex-PL e ex-PTB), compondo o governo ao lado de Jaques Wagner (PT). Em Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo (ex-DEM), adere ao partido e, logo, passa a “dialogar” com o Governo Federal, diminuindo, consideravelmente, o espaço político do DEM no estado¹⁷.

¹⁷ No caso de Santa Catarina, a intervenção do PT se dá em nível nacional, sendo que o partido no estado não apoia, diretamente, o PSD.

O impulso organizativo inicial do partido, como colocado por GERARDI & KRAUSE (2014), é, principalmente, oriundo dos governadores. O partido assume mais prefeituras nos estados em que está no topo dos Executivos Estaduais. Apesar de compor a base do Governo Federal, e o próprio Governo, formalmente, com a investidura de Guilherme Afif Filho (PSD-SP), no cargo de Secretário da Micro e Pequena Empresa (2012), as dinâmicas regionais não podem ser apreendidas mecanicamente. Ou seja, as alianças do partido, mesmo nos casos de maior patrocínio do PT, não são automáticas. O espaço para as definições autônomas das Executivas Estaduais, apregoadas pelas próprias lideranças, é largo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, para o pleito de 2014, o partido compôs a coligação encabeçada por Sartori (PMDB), enquanto oposição ao governo petista no estado. Ou seja, as características iniciais, os apoios iniciais, foram importantes para as distintas definições estratégicas.

PROS: O empreendedorismo partidário.

“Vendi tudo o que tinha. Vendi para poder fazer o partido. O pouquinho que eu tinha foi embora”, Eurípedes Junior (PROS)¹⁸.

O Partido Republicano da Ordem Social (PROS) teve, das três legendas que analisamos, o processo mais lento de fundação. Desde o momento da abertura do processo de registro, foram quase cinco anos até a conquista do mesmo, em setembro de 2013. O presidente do partido, Eurípedes Júnior, produziu (como colocou na frase acima), um discurso de “invocação” no que concerne este processo. O partido, afinal, partiu dele, e acabou sendo apropriado, nos estados, por elites com interesses e dinâmicas próprias.

O PROS, após a conquista do registro, foi eficiente na cooptação de congressistas, formando, em seu primeiro mês, uma bancada de 21 deputados, e mais um Senador. A defesa de uma “Reforma Tributária”¹⁹ aparece, desde o início, como o discurso força do partido, único ponto congruente de um programa pouco divulgado. O processo de formação desta bancada foi dinamizado por um aspecto bastante conjuntural: o lançamento da candidatura de Eduardo Campos (PSB), à Presidência da

¹⁸ Folha de São Paulo, 28 de setembro de 2013.

¹⁹“Eu sempre defendi a redução dos impostos no Brasil, é minha bandeira principal, e dentro desses partidos a gente tinha dificuldade para falar isso aí. Então tive que criar um partido”. Eurípedes Junior. Folha de São Paulo: 26 de setembro de 2013.

República. O processo de construção da campanha rachou, em vários sentidos, o partido do, então, pré-candidato, o que acabou “inflando” o PROS. Seis, dos 21 deputados, vieram do PSB. A família “Gomes” (Cid – então governador do estadual do Ceará e Ciro – figura recorrente nas últimas disputas eleitorais), também abraçou o partido, saindo do PSB. A manutenção do apoio ao governo Dilma, neste sentido, pareceu uma razão suficiente para migração. Ciro Gomes, inclusive, declarou a imprensa, logo após ingressar no PROS, que: “Ele [Eduardo Campos] está em uma aventura pessoal, vai afundar o PSB nisso, mas é problema dele”²⁰. As estratégias de sobrevivência política, construídas a partir destes discursos, aparecem de forma mais clara. O PROS, muito mais do que os outros partidos aqui estudados, foi construído a partir de elementos muito pouco sólidos. Ao contrário do PSD, não teve, em um primeiro momento, o apoio de governadores, e, ao contrário do Solidariedade, como veremos a seguir, não teve o apoio de uma organização externa.

O partido, assim como o PSD, teve o beneplácito do Governo Federal e ingressou, em um bloco com o PP, na base do governo. Nos estados, assumiu dois governos: do Ceará, como colocamos anteriormente, e do Amazonas (José de Melo [ex-PMDB]). O caráter “fluído” da organização permitiu, e permite, alianças das mais diversas. O PROS compôs coligações tanto com o PSDB quanto com o PT, adotando uma estratégia semelhante ao PSD.

Solidariedade: com a “Força” em marcha.

“Ela [Dilma] vive hoje da fama que o Lula tinha nessa área. O discurso dela é: ‘Porque o Lula fez, o Lula fez’, pergunte o que ela fez. Para os trabalhadores nada”. Paulinho da Força (Solidariedade)²¹.

O Solidariedade surgiu com um posicionamento diferente tanto do PSD quanto do PROS, no que concerne o plano nacional. O partido, apesar de não abertamente, passou a compor a oposição e, em 2014, apoiou o candidato do PSDB (Aécio Neves), à presidência da República. A bancada do partido, composta inicialmente por 24 deputados federais, provém, na grande maioria (20), por deputados oriundos da base do governo Dilma.

²⁰ Folha de São Paulo: 02 de outubro de 2013.

²¹ Folha de São Paulo: 26 de setembro de 2013.

O partido possui como grande “patrocinador”, não os partidos consolidados, apesar do beneplácito do PSDB, mas uma organização “externa”, a Força Sindical. A Central que surgiu na segunda metade da década de 80 se posiciona, desde o princípio, no que TRÓPIA (2009), chama de “direita” do movimento sindical. A “Força” se articula a partir da oposição à CUT, e enquanto uma alternativa à CGT (situada do mesmo “lado”), tendo uma filosofia de ação conhecida como “sindicalismo de resultados”. Como explica TRÓPIA (2009, p.62):

Uno de los presupuestos del “sindicalismo de resultados” es que la actuación de los sindicatos debe crecer en la misma dirección y proporción de la economía capitalista. Por eso, su perspectiva es la de la negociación, la del acuerdo entre capital y trabajo y no la lógica de la confrontación. (...) Cuanto más fuerte es el capitalismo, mejores serán las condiciones para la negociación.

Ou seja, ao contrário da confrontação, proposta pela CUT, a Força pregava a negociação, a articulação, mais “azeitada”, das relações entre capital e trabalho. O crescimento da organização durante os anos 90 é sintomática desta posição. No auge do período neoliberal²², a Central, composta majoritariamente por trabalhadores urbanos do setor privado, apoiou a política de privatizações, por exemplo, a partir de um discurso de reforma e modernização do país, posição totalmente contrária ao “novo sindicalismo”, protagonizado pela CUT. A entidade, neste período inicial, possui uma proximidade com o PDT, sendo que seus dois principais líderes, Luiz Medeiros e Paulinho da Força²³, estiveram filiados ao partido e foram eleitos para a Câmara dos Deputados. Medeiros ainda compôs o Governo Lula (2006-2010), ocupando uma secretária do Ministério do Trabalho. Apesar da proximidade, no entanto, a simbiose entre as duas organizações não ocorre, e é somente com a fundação do Solidariedade que a Força se materializa enquanto partido.

O PDT, logo, é o partido que mais perde com a fundação do Solidariedade, em nível nacional. O caminho para a oposição do governo Dilma (2011-14), pois, parece mais “natural”, quando partimos do processo de construção da Central. O partido não é, entretanto, uma mera “extensão” da Força Sindical, mas, como os outros, parte de dinâmicas específicas dos estados. O único governador do partido, neste momento

²² Governo FHC (1995-2002).

²³ Presidente e fundador do Solidariedade.

inicial, Sandoval Cardoso (ex-PMDB-TO), não possui vínculos diretos com o sindicalismo.

Quadro Relacional

Se partirmos da ideia desenvolvida por LIMONGI & CORTEZ (2010), de que as disputas eleitorais no Brasil, nos níveis majoritários estaduais e nacional, estão estruturadas em dois grandes blocos, capitaneados por PT e PSDB, podemos inserir estes novos partidos em uma dinâmica complexa, e pouco abordada pela literatura. PSD, PROS e Solidariedade, nos distintos contextos de surgimento, foram “patrocinados” ou “combatidos” de acordo com interesses específicos destes partidos, ou blocos, em relação, afinal, para o PT interessava, no sentido da governabilidade, a migração de deputados da oposição para a base; caso contrário do PSDB. Como abordamos de forma mais detalhada na próxima seção, os custos de entrada, no Brasil, são muito altos para a disputa da Presidência, e mesmo dos Executivos Estaduais. Desta forma, a necessidade de formação de alianças, para os partidos “sem chance” eleitoral, ou partidos fracos (GUARNIERI, 2009), é uma via de mão dupla: enquanto os mesmo precisam de alianças para chegarem ao poder, os partidos consolidados (ou blocos), precisam das alianças, enquanto maximização de recursos importantes, como, por exemplo, o acréscimo do HGPE. Em um contexto de alto nível de competição (PERES, GUARNIERI & RICCI, 2012), e instabilidade (PANEBIANCO, 2005), é crível colocar estes partidos, novos e os consolidados, em uma conjuntura de disputa com características específicas. KATZ & MAIR (1995), propuseram o conceito de partido cartel, como característico de certo momento das democracias “consolidadas”. Por mais que não abordemos as tipologias, podemos apontar na mesma direção que os autores, ao afirmar que os partidos “reagem”, enquanto atores coletivos, aos desafios impostos, tanto pelo exterior (arena eleitoral), quanto pelo interior (circulação de elites e mudança organizativa).

Liderança

O aspecto da liderança é importante na análise, não em um sentido de mobilização popular (ao estilo do Gaullismo), mas enquanto capacidade de articulação interna. O líder, ou o agrupamento de liderança (a coalizão dominante, segundo PANEBIANCO (2005)), é de suma importância para o “impulso” inicial da organização, sendo necessária a apreensão de suas estratégias e respectivas trajetórias.

Neste sentido, podemos partir de BOURDIEU (1989, p.190): “(...) o homem político deve a sua autoridade específica no campo político – (...) – à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) (...)”. O sentido da liderança, nos casos analisados, é parte da hipótese principal deste trabalho, afinal, constitui a estruturação da disputa interna do campo político. Os presidentes de PSD (Gilberto Kassab), PROS (Eurípedes Júnior) e Solidariedade (Paulo Pereira da Silva, o “Paulinho da Força”) possuem uma existência política precedente pouco “relevante” se comparada ao que as organizações puderam lhes proporcionar. O controle das zonas de incerteza (PANEBIANCO, 2005), impossíveis nos respectivos partidos anteriores, passou a se constituir como uma realidade a partir do momento que a capacidade de articulação, a força de mobilização, destas lideranças, pôde se manifestar nestes novos partidos.

Gilberto Kassab foi Secretário de Planejamento da cidade de São Paulo na Gestão Celso Pitta (PPB), filiado, primeiramente, ao já extinto PL, e, posteriormente, ao PFL (hoje DEM). Foi Deputado Federal por dois mandatos (1998-2002; 2003-2006), e, em 2004, foi eleito vice-prefeito de São Paulo, na chapa de José Serra (PSDB), assumindo a prefeitura quando este renunciou para se candidatar ao governo do estado. Eleito em 2008, apoiou, junto com seu partido, a candidatura de Serra à presidência em 2010. Neste meio tempo, como destacamos anteriormente, começou as articulações para a fundação do PSD. Na condição de presidente do partido, se lançou candidato ao Senado contra o antigo aliado Serra, em 2014, perdendo a eleição. No atual governo Dilma, aproveitando os espaços conquistados devido ao peso da bancada do partido na Câmara dos Deputados, assumiu o Ministério das Cidades. A chegada ao “núcleo do poder”, se observarmos brevemente sua trajetória, se dá a partir da articulação e criação de um novo espaço de oportunidades, no caso o PSD, que, estrategicamente, passa a exercer funções importantes na coalizão atual do Governo Dilma.

Eurípedes Júnior já é um caso de “empreendedorismo partidário”, pois surge, ao contrário de Kassab, a partir de uma condição “inferior” politicamente. Enquanto o ex-prefeito da capital paulista funda o partido a partir de um capital político específico, acumulado a partir da ocupação de cargos administrativos e eletivos (CORADINI, 2007), Eurípedes somente havia ocupado o cargo de vereador na cidade de Planaltina (GO), tendo sido filiado aos pequenos partidos: PSL e PRP. O trabalho de “colhimento” das assinaturas (0,5% do total dos votantes da eleição de 2010 Câmara dos

Deputados)²⁴, foi extenso, se comparado aos demais partidos, produto da inexistência de organizações sólidas para o patrocínio do partido. No entanto, com a obtenção do registro e a aproximação com a Base do Governo, logo, o partido passou a ocupar espaços importantes, no primeiro governo Dilma a Pasta da Integração Nacional, e, no início de seu segundo mandato (2015-2018), o Ministério da Educação (Cid Gomes)²⁵.

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, possui uma trajetória de sindicalista. E, na condição de político vinculado a uma das principais Centrais Sindicais do País, a Força Sindical, também possuiu, desde o princípio das articulações para a fundação do Solidariedade, um capital político específico. Da militância sindical feita ainda no período ditatorial, dentro do PCdoB, ocupa a Secretária Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, até chegar à presidência da “Força”. Foi candidato a vice-presidência da República em 2002, na chapa de Ciro Gomes (então no PPS), e, por duas vezes (2004 e 2012), candidato derrotado à Prefeitura de São Paulo. Em 2013, ano da fundação do Solidariedade, estava em seu segundo mandato na Câmara dos Deputados. Egresso do PDT, Paulinho, apesar de manter a candidatura à Câmara em 2014, compõe a ala “trabalhista” da candidatura de oposição nas eleições majoritárias presidenciais. A condição de presidente de uma nova legenda, se não representou aumento de espaços junto ao Executivo Federal, constitui-se como um incremento de “notoriedade” e capital político. Como oposição ao Governo Dilma, em uma conjuntura desfavorável ao mesmo, a situação “posicional” de Paulinho, estrategicamente, se torna interessante, afinal, seu partido se apresenta como uma alternativa. Na simbiose com a Força Sindical, no campo do sindicalismo, a oposição entre CUT e “Força” aparece de maneira mais clara (TRÓPIA, 2009).

Outro ponto que deve ser destacado é que, na condição de presidentes dos partidos, estes políticos passaram a deter, junto a Executiva Nacional, poder de gerenciamento sobre o Fundo Partidário, bem como poder de decisão quanto a aspectos ligados a organização do partido e as possíveis coligações, instrumentos decisivos para o controle das “zonas de incerteza”. A importância da liderança, pois, ainda segundo HAUSS & RAYSIDE (1978), reside, dentre outros fatores, na manutenção da “unidade”. As lideranças não mantêm, somente, as lealdades a partir de incentivos

²⁴ Cerca de 500 mil assinaturas.

²⁵ O ministro saiu, em meio ao início de uma “crise” política, logo no início do Governo.

coletivos (identitários), mas a partir de incentivos seletivos (materiais e de *status*). Segundo PANEBIANCO (2005, p.62): “Todo partido ou movimento que monopoliza uma identidade coletiva coloca os próprios líderes nessa condição”. Neste sentido, reforçamos nossa hipótese na forma de que estes novos partidos, atraem políticos com mandato a partir de “garantias” de poder. O estatuto do PROS, por exemplo, prevê a prevalência dos deputados federais para a ocupação do respectivo Diretório Estadual. Ou seja, para “cooptar” os parlamentares²⁶, dentre outras coisas, o partido cede os benefícios, e as responsabilidades, do comando do mesmo no estado de origem.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos articular dois níveis de análise: em um nível geral, analisar as condições e dinâmicas gerais que explicam o surgimento de novos partidos no Brasil (no recorte temporal proposto); e, em um nível específico, dar conta do surgimento de três novos partidos: PSD, PROS e Solidariedade. Nosso principal problema foi entender em que contexto surgem estes partidos e por quê. Desta forma, trabalhamos com referenciais teóricos de uma bibliografia que trata do fenômeno dos novos partidos, principalmente a partir de dados empíricos “colhidos” em democracias ditas consolidadas (TAVITS, 2006; HARMEL & ROBERTSON, 1978), de uma bibliografia que trata da temática partidária no Brasil (KRAUSE & GERARDI, 2014; RIBEIRO, 2013; GUARNIERI, 2009; MARENCO DOS SANTOS, 2001)²⁷.

Estes partidos surgem a partir de demandas internas do campo e as lideranças que os fundam, mais do que buscam aproximação com o governo, buscam novos recursos e espaços políticos. Neste sentido, como também reforçamos ao longo do trabalho, não podemos analisar este fenômeno a partir de um olhar externo, estranho, como se estes processos fossem exclusivos do Brasil, ou denotam, como muitos autores afirmam, uma fraqueza congênita de nosso sistema partidário. Tivemos, portanto, de adaptar e, mesmo, problematizar, algumas variáveis utilizadas na análise corrente. O conceito de “cálculo estratégico” foi utilizado como um modelo, um guia, que não necessariamente foi seguido a risca. Em certas variáveis, o uso foi justificado e útil, principalmente no que concerne os “custos de entrada”. O peso da legislação, seus

²⁶ Importantes para a definição de recursos legais como a definição do HGPE, por exemplo, que é calculado, como colocamos anteriormente, pelo tamanho da bancada do partido na Câmara dos Deputados.

²⁷ No que concerne a organização, o funcionamento e o surgimento de partidos no país.

incentivos e constrangimentos, no impacto do surgimento de novos partidos, é importante. No caso analisado, observamos que os diversos mecanismos que regulam a formação e a atividade dos partidos são condições necessárias, porém insuficientes para explicar o surgimento destes novos partidos. Como colocado por pesquisas anteriores (HARMEL & ROBERTSON, 1985; NICOLAU, 1996), fatores como a representação proporcional, a lista aberta e o tamanho do distrito surgem mais como não impeditivos, do que necessariamente incentivos. O “possível suporte eleitoral”, no entanto, por falta de melhor clareza conceitual e acesso a dados, foi o ponto fraco da aplicação do modelo. Termos como “integração social”, e “idade da democracia”, ficaram deslocados, assim como as variáveis: inflação, crescimento do PIB e desemprego. Por fim, os “benefícios de composição”, ou “acesso ao gabinete”, foram explicitados a partir de outra perspectiva. Analisamos, ao contrário de TAVITS (2008), não o que representaria, para estes partidos, o acesso ao Gabinete (Executivo), mas sim os padrões de recrutamento de PSD, PROS e Solidariedade no que concerne os partidos anteriores e a direção da migração. A aproximação ou o afastamento do Governo, logo, mereciam alguma análise mais robusta. De modo geral, no entanto, extraímos o ponto essencial do argumento de Tavits, qual seja: os partidos surgem porque há a vontade de um grupo que isto aconteça. Não se trata, pois, de uma relação mecânica: representação proporcional = novos partidos, mas algo mais dinâmico que, no caso brasileiro, necessitaria, em algum trabalho posterior, a construção de um modelo próprio de análise. Um modelo que levasse em conta as particularidades do desenvolvimento político-partidário do país.

A noção de facilitadores políticos, também, que utilizamos na última parte do desenvolvimento do trabalho, para reconstruir, de maneira mais próxima, o surgimento destes partidos, funcionou de maneira distinta àquela proposta por HAUSS & RAYSIDE (1978). Pudemos, então, adaptar esta noção, ou conceito, ao caso analisado, buscando novos elementos. As variáveis, e suas premissas de funcionamento, foram desconstruídas ao longo do texto, na medida em que apresentamos dados sobre as constituições específicas de PSD, PROS e Solidariedade. No caso destes partidos, não houve um processo, por parte das organizações mais consolidadas, de “impedimento”, a não ser dos atores mais afetados (DEM, PSB e PDT). Os partidos que orientam a disputa majoritária em nível nacional, PT e PSDB, ao contrário, incentivaram o surgimento destes partidos de acordo com interesses e dinâmicas específicas. Por fim,

remetemos pouco tempo a variável que, de certo modo, é central para todo este trabalho: a liderança. As elites, ou grupos políticos, que formam PSD, PROS e Solidariedade, obtiveram, com a formação destes, beneplácitos políticos importantes, tais como: o aumento da visibilidade (no caso da oposição ao Governo Dilma: Paulinho da Força); e a conquista direta de cargos no Executivo Federal (caso de Gilberto Kassab e de Cid Gomes). Mas, mais do que isso, ao “circularem”, ou seja, migrarem de seus partidos anteriores, estas lideranças, em dinâmicas particulares, abriram mais espaço de ação, detendo recursos (HGPE e o Fundo Partidário), importantes para as disputas eleitorais. Partindo de um raciocínio exploratório, poderemos, em algum trabalho posterior, desenvolver esta questão de forma mais densa, descrevendo, por exemplo, as redes que, em nível nacional e nos estados, fundam estes partidos, e a partir de quais interesses.

Em suma, nosso trabalho, apesar de suas limitações, buscou apresentar indícios que reforçam questões pertinentes ao debate da Ciência Política brasileira atual. Entender como surgem e se estruturam estes partidos, e a partir de quais condições, parece um objetivo interessante dada a enxurrada de opiniões, tanto positivas quanto, em sua maioria, negativas, acerca do sistema partidário brasileiro e suas, possíveis, limitações e lacunas.

Referências Bibliográficas

ALCÁNTARA SAÉZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, nº 2, 2002, pp. 137-157.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CORADINI, Odaci. Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 26, nº 01 Janeiro/Abril de 2011.

CORTEZ, Rafael; LIMONGI, Fernando. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, nº 88, Novembro de 2010.

DOWNS, Anthony. Na Economic Theory of Political Action in a Democracy. **The Journal of Political Economy**, vol. 65, Issue 2 (April 1957), pp. 135 – 150.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados**, 1995, 38 (3): 497-525.

FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.55, nº 4, 2012, pp. 951 a 986.

GUARNIERI, Fernando; LIMONGI, Fernando. A Base e os Partidos: As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos**, nº 99, Julho de 2014.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John. Formation and success of new parties: a cross-national analysis. **International Political Science Review**, Vol. 6, nº 4, October 1985, 501-523.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. **The development of new parties in western democracies since 1945**. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. Political Parties: development and decay. Beverly Hills: Sage, 1978.

IGNAZI, Pierro. The Crises of Parties and the Rise of New Political Parties. **Party Politics**. Vol. 2, nº4, 1996.

_____. The Re-emergence of the Extreme Right in Europe. **Reihe Politikwissenschaft**, 21, März, 1995.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”. **Party Politics**, 01, pp. 5-28. 1995..

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana y LUCCA, Juan B. “Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso?”. **Revista Debates**, 2013, 7 (2), 159-171.

KIRCHHEIMER, Otto. **The Transformation of the Western European Party**. In: LaPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. Political Parties and political Development. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

KRAUSE, Silvana; GERARDI, André. **PSD: Radiografia de um “emergente” no cenário partidário brasileiro. Quando o instituído é a máquina organizativa.** Projeto. Apresentação ABCP, 2013.

_____. **Executivo Estadual faz a diferença? A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012.** IX Encontro da ABCP. 04 a 07 de agosto de 2014.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **The Origin and Development of Political Parties.** In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and political Development.* Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

MAINWARING, Scott. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente.** In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina.* Santiago: CIEPLAN, 1996.

MENEGUELLO, Raquel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e Democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94).** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSTROGORSKI, Moisei. **Democracy and the Organization of Political Parties,** Vol. I [England] and Vol. II [United States]. New York: MacMillan and Company, 1902.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR; Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública,** Campinas, vol.13, nº2, 2007, pp. 388-408.

PERES, Paulo. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Nº 68, 2º Semestre, 2009, pp. 17-58.

PERES, Paulo; RICCI, Paolo e GUARNIERI, Fernando. **How brazilian parties organize: Centralization by strategic leadership design**. [Manuscrito], 2012. Disponível em: <http://works.bepress.com/pauloperes/19/>. Acesso em: 25 de março de 2015.

RANULFO MELO, Carlos. **Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

RIBEIRO, Ricardo Mendes; SIMONI JUNIOR, Sergio. **O Surgimento do PSD e o Sistema Partidário Brasileiro**. Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR – Curitiba, 31 de Julho de 2013 a 02 de Agosto de 2013.

TAVITS, Margit. “Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies.” **British Journal of Political Science**, 2008, 38 (1): 113-133.

_____. Party Systems Change: Testing a New Model of New Party Entry. **Party Politics**. Vol.12, nº 01, pp. 99-119. 2006.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. El sindicalismo brasileño en disputa en los años 90: origen, raíces sociales y adhesión activa de la fuerza sindical al neoliberalismo. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**; 15(3); 57-80; 2009.

VAN COTT, Donna Lee. From Exclusion to Inclusion. Bolivia’s 2002 Elections. **Journal of Latin America Studies**, London, v. 35, n. 4, p. 751-755, nov. 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Ed. da Unb, 2004. Volume 1.